



Ensino superior

Criação de 60 mil vagas em cursos de Medicina segue à espera do STF

— Houve adiamento de processo que analisa critérios para o curso, que já enfrentou moratória, limitação pelo Mais Médicos e várias judicializações; MEC tem na mesa 335 pedidos de análise

GIOVANNA CASTRO
PAULA FERREIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento que deve afetar a abertura de novos cursos de Medicina no País. Os ministros discutem quais regras são válidas para a liberação de graduações do setor, mas a análise foi interrompida mais uma vez, agora por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, o futuro de milhares de estudantes de Medicina no País segue em suspenso.

Uma parte das faculdades particulares tem recorrido à Justiça em reação a duas determinações federais. A primeira, conhecida como regra do Mais Médicos, vigora desde 2013 e prevê que a oferta de novas graduações priorize regiões carentes de profissionais de saúde e com menor relação de médicos por habitante.

A segunda foi a proibição adotada em 2018, na gestão Michel Temer (MDB), de abrir vagas por cinco anos. O argumento para a moratória era a necessidade de controlar a expansão para garantir a qualidade. Ainda assim, limitares obtidas pelas universidades autorizaram cerca de 6 mil novas vagas no período da moratória. O Ministério da Educação (MEC) tem na mesa ao menos 335 pedidos de abertura de cursos que foram parar na Justiça e somam 60,5 mil vagas.

De um lado, parte do ensino superior privado reclama de engessamento da abertura de vagas apenas pela via do Mais Médicos. Do outro, especialistas e entidades do setor, como o Conselho Federal de Medicina (CFM), veem riscos de precarizar a formação e criar vagas em cidades onde já existe oferta suficiente.

O PROCESSO. A ação no Supremo Tribunal Federal foi movida pela Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup). A entidade pede que a abertura de cursos siga a regra do Mais Médicos, de 2013. Mas o setor de ensino superior privado está dividido. Há outras entidades, como a Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), que defen-

Saiba mais

País tem 2,7 médicos por mil habitantes

● O total de profissionais

Dados da pesquisa Demografia Médica, conduzida pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Médica Brasileira (AMB) e publicada no ano passado, mostram que o Brasil tem quantidade de médicos por habitante abaixo da média da OCDE (grupo dos países ricos). O País tem taxa de 2,7 médicos por mil habitan-

tes, enquanto na OCDE a média é de 3,7 médicos por mil habitantes. A meta do governo federal é ampliar a formação médica em dez anos até que o País alcance o patamar dos países do bloco. Projeções estimam que em um cenário mais conservador, no qual a expansão dos cursos estivesse restrita, o Brasil tenderá a ultrapassar a marca de um milhão de médicos até 2035.

● A disparidade regional

Os dados da mesma pesquisa, porém, mostram a disparidade regional. Enquanto no Distrito Federal há 6,13 médicos para cada mil habitantes, no

Maranhão há 1,17 profissionais para cada mil habitantes. As 41 cidades do Brasil com mais de 500 mil habitantes, onde vivem 29% da população, concentram 61,5% de médicos.

● As escolas

Dados do Conselho Federal de Medicina (CFM) estimam que apenas 17% das escolas médicas estão em municípios que atendem a todos os parâmetros necessários para abrir um curso de Medicina, como quantidade mínima de leitos por aluno, estrutura hospitalar e número de estudantes por equipe de saúde. Em outubro, o MEC lançou edital para permitir novos

cursos de Medicina conforme as regras do Mais Médicos. A pasta pré-selecionou 1.719 municípios aptos a receberem universidades.

● A visão do especialista

“O ideal seria o ministério criar critérios sérios, difíceis, para que só as boas faculdades pudessem funcionar. E talvez ter um sistema independente de acreditação para fugir de ingerências políticas e econômicas, que são enormes”, afirma Raul Cutait, professor de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP e membro da Academia Nacional de Medicina.

dem alternativas para autorizar novas graduações – e que o Mais Médicos não seja a única via.

A norma do Mais Médicos estabelece critérios sobre infraestrutura adequada, corpo docente e projeto pedagógico. Para Elizabeth Guedes, presidente da Anup, sem essa regra “haveria número reduzido de exigências estruturais, incluindo a disponibilidade prévia de leitos do SUS para prática médica, requisito essencial para formar novos médicos”. A Abmes concorda que a regra dos Mais Médicos seja usada para a criação de cursos, mas defende que não seja a única. “Projetos de excelência devem ser analisados independentemente do chamamento do Mais Médicos”, diz o presidente, Celso Niskier.

O que está em jogo Ministros do STF deliberam sobre exigências do Mais Médicos e sobre limitares dadas em outras instâncias

Assessor jurídico da Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades (Abrafi), Daniel Cavalcante defende que o STF mantenha a análise dos pedidos de abertura que foram judicializados que já superaram a fase de documentação. “Seriam retrocesso e prejuízo grandes não acatar a tramitação desses processos”, afirma. “Não há falta de inte-

resse das instituições, porque ainda assim há demanda reprimida nos locais de difícil acesso”, acrescenta.

COMO ESTÁ O DEBATE. Em agosto, o ministro Gilmar Mendes, relator do tema no STF, atendeu ao pedido da Anup, em caráter liminar. Para ele, deve ser seguida a regra do Mais Médicos, mas a tramitação dos processos de abertura de curso judicializados, que tenham passado da fase documental, deve continuar. Já as solicitações que ainda não tenham chegado a esta etapa deveriam ser extintas.

Mendes foi seguido por Luiz Fux, que julgou como constitucional o modelo do Mais Médicos. Já Edson Fachin ratificou a constitucionalidade do Mais Médicos, mas defendeu suspender todos os processos administrativos pendentes. Fachin foi acompanhado pela ministra Rosa Weber, hoje aposentada.

Em setembro, o ministro André Mendonça havia pedido vista neste processo. Com a retomada, antontem, ele votou a favor da reverter a política do Mais Médicos e sugere prazo de 180 dias para que o Ministério da Educação (MEC) crie uma nova política de abertura de vagas. Ele também optou pela suspensão dos pedidos de abertura ou expansão de cursos do setor que estão hoje na Justiça. ●



COMUNICADO

A Transportadora JOMED Transportes e Logística S/A vem a público comunicar que está sendo alvo de golpistas na cidade de Guarulhos.

Pessoas mal intencionadas estão usando o nome da empresa para fechar falsos fretes. O Golpista está forjando um anúncio de frete real de outras transportadoras. Sabendo desse Frete, ele anuncia nos Grupos de Whatsapp, e assim que aparece um motorista interessado ele pede a documentação para análise de cadastro, e assim com outro número de telefone (também falso) ele cria um perfil falso do motorista e faz contato se passando pelo motorista.

A Jomed não compactua com tais práticas e repudia veemente este ato. Caso sejam identificadas estas práticas, elas serão adequadamente denunciadas às autoridades competentes de acordo com o artigo 171 do Código Penal. Lembrando ainda que a companhia preza pela segurança da informação.

Enfatizamos também, que nossos canais oficiais se dão através do número (11) 4966.8214, e nosso site oficial é o www.jomedlog.com.br

Qualquer outro contato, mesmo que usando nossa logo ou dizendo pertencer a Jomed é golpe!